

*OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO*

**DESCONSIDERAÇÃO  
DA PERSONALIDADE JURÍDICA  
E PROCESSO**

*de acordo com o  
Código de Processo Civil de 2015*

**DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA  
E PROCESSO**

*de acordo com o Código de Processo Civil de 2015*

© OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495  
URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)  
e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição: PC Editorial Ltda.*

*Capa*

*Criação: Vânia Lúcia Amato*

*Arte: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

06.2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

R696d Rodrigues Filho, Otávio Joaquim.  
Desconsideração da personalidade jurídica e processo : de  
acordo com o Código de Processo Civil de 2015 / Otávio Joaquim  
Rodrigues Filho. – São Paulo : Malheiros, 2016.  
400 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-392-0336-9

1. Desconsideração da personalidade jurídica. 2. Processo civil.  
3. Processo civil - Brasil. 4. Pessoa jurídica. I. Título.

CDU 347.19

CDD 346.0662

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Desconsideração da personalidade jurídica 347.19  
2. Processo civil 347.91/.95

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	
<b>1.1 O tema a ser desenvolvido e suas limitações</b> .....	17
<b>1.2 Justificativa de escolha do tema e sua importância</b> .....	19

---

**PARTE I – DESCONSIDERAÇÃO  
DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

---

<b>2. A CONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</b> .....	25
<b>2.1 Breve histórico sobre a evolução das pessoas jurídicas e a responsabilização de seus membros</b> .....	25
<b>2.2 As teorias sobre a pessoa jurídica</b> .....	31
<b>2.3 Noção e requisitos da pessoa jurídica</b> .....	37
<b>3. A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</b>	
<b>3.1 Os primeiros casos nos tribunais</b> .....	43
<b>3.2 A concepção inicial da teoria na doutrina estrangeira</b> ....	49
3.2.1 <i>A sistematização das hipóteses de aplicação da teoria por Rolf Serick</i> .....	54
3.2.2 <i>A comparação dos sistemas da common law e da civil law pela doutrina de Piero Verrucoli</i> .....	58
<b>3.3 A doutrina nacional</b>	
3.3.1 <i>A introdução da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil por Rubens Requião</i> .....	63
3.3.2 <i>A contribuição de José Lamartine Corrêa de Oliveira</i> .....	64
3.3.3 <i>O desenvolvimento atual da doutrina nacional sobre o tema</i> .....	66
<b>3.4 Fundamentos fáticos da desconsideração da personalidade jurídica</b> .....	72

3.4.1	<i>A confusão de esferas</i> .....	73
3.4.2	<i>A subcapitalização</i> .....	76
3.4.3	<i>A simples inadimplência a certas espécies de obrigações</i> .....	79
3.4.4	<i>Fundamentos fáticos da desconsideração da personalidade jurídica para fins diversos da responsabilização</i> .....	82
3.5	<b>Os fundamentos jurídicos da desconsideração da personalidade jurídica</b> .....	85
3.5.1	<i>Fundamentos jurídicos: o abuso de direito</i> .....	88
3.5.2	<i>Fundamentos jurídicos: a fraude</i> .....	90
4.	<b>OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</b> .....	92
4.1	<b>Os limites subjetivos de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica</b>	
4.1.1	<i>A responsabilização do Poder Público e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	93
4.1.2	<i>A responsabilização dos gestores das pessoas jurídicas de direito público e de empresas estatais e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	96
4.1.3	<i>A responsabilidade das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	99
4.1.3.1	<i>A responsabilidade dos sócios das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	101
4.1.3.2	<i>A responsabilidade dos sócios ocultos e de terceiros e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	102
4.1.3.3	<i>A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	103
4.2	<b>Limites objetivos de aplicação da teoria: a desconsideração da personalidade jurídica e outros institutos</b> .....	105
4.2.1	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade civil</i> .....	105
4.2.2	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade tributária</i> .....	109

4.2.3	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade societária</i> .....	111
4.2.4	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a fraude à execução</i> .....	115
4.2.5	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a nulidade absoluta do negócio jurídico</i> .....	118
4.2.6	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a simulação</i> .....	120
4.2.7	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a fraude contra credores</i> .....	121
4.2.8	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a extensão da falência</i> .....	125
4.2.9	<i>A responsabilidade de administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	130
4.3	<i>A diversidade de institutos previstos no art. 28 do Código de Defesa do Consumidor/CDC</i> .....	136
5.	<b><i>A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</i></b> .....	144
5.1	<i>A prescrição e a decadência: distinção</i> .....	144
5.2	<i>A prescrição e a decadência na desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	146
5.3	<i>Termos iniciais dos prazos de prescrição</i> .....	149
5.4	<i>A imprescritibilidade e os prazos extintivos para a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	152
6.	<b><i>CONCLUSÕES DA PARTE I</i></b> .....	157

**PARTE II – O PROCESSO PARA  
A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

7.	<b><i>DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL</i></b>	
7.1	<i>Responsabilidade patrimonial</i> .....	165
7.2	<i>Responsabilidade patrimonial primária e secundária</i> .....	169
7.3	<i>Desconsideração da personalidade jurídica: responsabilidade secundária</i> .....	171

7.4	<b><i>Desconsideração da personalidade jurídica: responsabilidade subsidiária</i></b> .....	174
8.	<b><i>OS MEIOS PROCESSUAIS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</i></b>	
8.1	<b><i>A desconsideração da personalidade jurídica no processo civil brasileiro anterior ao CPC de 2015</i></b> .....	177
8.2	<b><i>A desconsideração da personalidade jurídica realizada de forma incidental, segundo o Código de Processo Civil de 2015</i></b> .....	183
8.2.1	<i>Processos sobre os quais pode incidir o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, segundo o Código de Processo Civil de 2015</i> .....	185
8.2.2	<i>Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica a qualquer procedimento</i> .....	188
8.2.3	<i>A via incidental para a desconsideração da personalidade jurídica com o fim de responsabilização patrimonial</i> .....	191
8.3	<b><i>Desconsideração da personalidade jurídica realizada por meio de processo autônomo</i></b> .....	195
8.3.1	<i>A desconsideração da personalidade jurídica por meio de processo autônomo que objetiva a responsabilização prevista no art. 82 da Lei Falimentar ..</i>	195
8.3.1.1	<i>A responsabilização prevista no art. 82 da Lei Falimentar como tutela de direitos individuais homogêneos</i> .....	200
8.3.2	<i>A desconsideração da personalidade jurídica por meio de processo autônomo para a apuração de responsabilidade dos administradores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial ....</i>	204
8.3.2.1	<i>A responsabilização dos administradores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial como tutela coletiva de direitos</i> .....	205
8.3.3	<i>Desconsideração da personalidade jurídica por processo autônomo em outras situações</i> .....	208
9.	<b><i>A AÇÃO E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</i></b> .....	210
9.1	<b><i>As condições da ação na desconsideração da personalidade jurídica</i></b> .....	211

9.1.1	<i>Interesse de agir</i> .....	212
9.1.2	<i>Legitimidade</i> .....	216
9.1.2.1	<i>Legitimidade ativa para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica nos processos coletivos</i> .....	219
9.1.2.2	<i>A legitimidade ativa para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na falência</i> .....	223
9.1.2.3	<i>A legitimidade do Ministério Público para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	225
9.1.2.4	<i>A legitimidade do Ministério Público para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na falência</i> .....	228
9.1.2.5	<i>A legitimidade do Ministério Público para a demanda de responsabilização de controladores e administradores das sociedades sujeitas aos regimes de liquidação extrajudicial</i> .....	230
9.1.2.6	<i>Legitimidade passiva</i> .....	231
9.1.3	<i>A possibilidade jurídica agora integrando o mérito da desconsideração da personalidade</i> .....	235
9.2	<b><i>Elementos de identificação da demanda de desconsideração da personalidade jurídica</i></b> .....	239
9.2.1	<i>Partes na desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	241
9.2.2	<i>Causa de pedir para a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	246
9.2.3	<i>O pedido na demanda desconsideradora da personalidade jurídica</i> .....	248
9.2.3.1	<i>Pedido certo ou determinável</i> .....	249
9.2.3.2	<i>Pedido cumulado</i> .....	252
9.2.3.3	<i>Inexistência de pedido: desconsideração da personalidade jurídica ex officio</i> .....	254
9.3	<b><i>A estabilização da demanda e a desconsideração da personalidade jurídica</i></b> .....	256

## **10. O PROCESSO E O INCIDENTE PROCESSUAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

10.1	<b><i>O procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica</i></b> .....	261
------	---	-----

10.1.1	<i>O procedimento incidental no Código de Processo Civil de 2015</i> .....	262
10.1.2	<i>A ausência de procedimento próprio quando a desconsideração for pleiteada com a inicial, conforme as disposições do Código de Processo Civil de 2015: possibilidade de violação à garantia constitucional</i> .....	267
10.1.3	<i>O procedimento anterior ao processo coletivo destinado à apuração de responsabilidades dos administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial</i> .....	271
<b>10.2</b>	<b>Competência</b> .....	274
10.2.1	<i>Relação entre demandas e a influência sobre a competência para a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	276
10.2.2	<i>Competência para a apreciação da pretensão de desconsideração da personalidade jurídica de sociedade falida</i> .....	281
10.2.3	<i>Competência: desconsideração da personalidade jurídica e arbitragem</i> .....	283
<b>10.3</b>	<b>O litisconsórcio</b> .....	290
10.3.1	<i>O litisconsórcio e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	292
10.3.2	<i>Litisconsórcio facultativo e necessário</i> .....	293
10.3.2.1	<i>Litisconsórcio facultativo: alternativo, eventual e sucessivo</i> .....	298
10.3.3	<i>Litisconsórcio comum e unitário</i> .....	302
10.3.4	<i>Intervenção litisconsorcial voluntária</i> .....	304
<b>10.4</b>	<b>A desconsideração da personalidade jurídica e a intervenção de terceiros</b> .....	306
10.4.1	<i>A oposição e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	307
10.4.2	<i>A denúncia da lide e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	308
10.4.3	<i>O chamamento ao processo e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	310
10.4.4	<i>A indicação da autoria na desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	311
10.4.5	<i>A assistência e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	312



<b>10.5</b>	<b><i>As defesas na desconsideração da personalidade jurídica</i></b>	<b>315</b>
10.5.1	<i>Meios de defesa na execução quando houver desconsideração da personalidade jurídica .....</i>	318
10.5.2	<i>Meios de defesa daquele atingido pela desconsideração da personalidade jurídica na execução quando não observado o anterior contraditório .....</i>	319
10.5.3	<i>A amplitude de defesa daquele atingido pela desconsideração da personalidade jurídica na execução ..</i>	322
<b>10.6</b>	<b><i>Recursos cabíveis sobre a decisão do pedido de desconsideração da personalidade jurídica</i></b>	<b>324</b>
10.6.1	<i>A extensão dos efeitos do recurso interposto sobre a decisão da ação principal quanto à pretensão de desconsideração da personalidade jurídica .....</i>	327
<b>10.7</b>	<b><i>A impugnação da decisão quanto à desconsideração da personalidade jurídica por ação rescisória</i></b>	<b>328</b>
<b>10.8</b>	<b><i>Verbas de sucumbência na desconsideração da personalidade jurídica</i></b>	
10.8.1	<i>O custo do processo para as partes .....</i>	330
10.8.2	<i>A sucumbência na desconsideração da personalidade jurídica .....</i>	332
10.8.3	<i>A sucumbência na desconsideração da personalidade pleiteada incidentalmente aos processos coletivos .....</i>	336
10.8.4	<i>A sucumbência na desconsideração da personalidade pleiteada incidentalmente à falência .....</i>	340
<b>10.9</b>	<b><i>A coisa julgada e a desconsideração da personalidade jurídica</i></b>	<b>342</b>
10.9.1	<i>O alcance da coisa julgada da decisão condenatória e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	344
10.9.2	<i>A força executiva do título judicial e a coisa julgada .....</i>	346
10.9.3	<i>Coisa julgada e eficácia preclusiva: a situação do assistente .....</i>	350
10.9.4	<i>O alcance da coisa julgada das decisões coletivas e a desconsideração da personalidade jurídica .....</i>	351

## **II. TUTELAS PROVISÓRIAS NA DEMANDA DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

<b>11.1</b>	<b><i>O processo e o tempo: as tutelas de urgência e de evidência</i></b>	<b>355</b>
-------------	---	------------

<b>11.2</b>	<b><i>A antecipação da tutela</i></b> .....	358
11.2.1	<i>A antecipação da tutela condenatória e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	359
11.2.2	<i>A antecipação dos efeitos das tutelas declaratória e constitutiva e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	361
<b>11.3</b>	<b><i>A tutela cautelar e a desconsideração da personalidade jurídica</i></b> .....	363
11.3.1	<i>O arresto cautelar antecedente ou na pendência de pedido de desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	364
11.3.2	<i>A indisponibilidade dos bens particulares dos sócios e administradores da sociedade</i> .....	367
11.3.3	<i>A indisponibilidade dos bens dos administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial</i> .....	369
11.3.4	<i>A produção antecipada de provas e a desconsideração da personalidade jurídica</i> .....	370
<b>12.</b>	<b>CONCLUSÃO DA PARTE II</b> .....	374
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	.....	379